

AMOSTRA

CONTROLADORIA GERAL DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

REVISÃO
DE
VÉSPERA



memoriza.ai



FALA, FUTURO AUDITOR DA CGM/SP!

Seja muito bem - vindo!

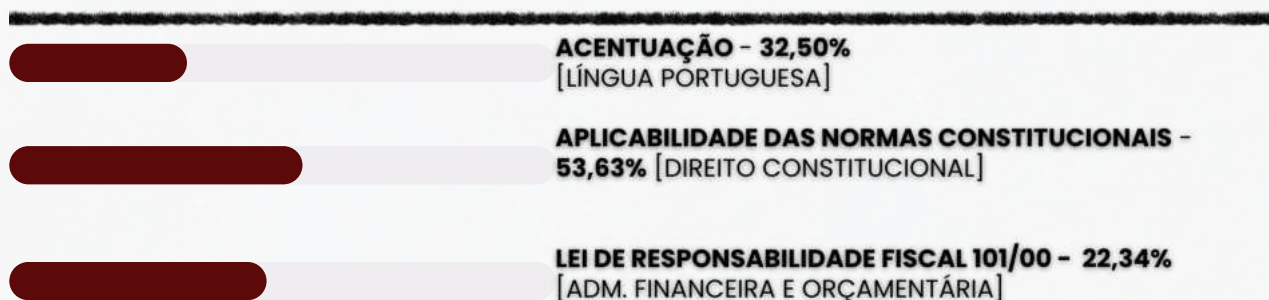
**VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ
REVISÃO DE VÉSPERA PARA ESTE CONCURSO.**

O **Memoriza.áí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

“

Oiii! Boa tarde!



Ana Luiza

Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSEH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

”

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:



contato@memorizaai.com.br

ou



clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

[clique aqui e saiba como](#)

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA 01

COLOCAÇÃO PRONOMINAL I



Se ao invés de dizer **"Abraça-me"** e **"Beije-me"**, ele dissesse **"Me abraça"** e **"Me beije"**, as frases estariam corretas?

FRASE INCORRETA
A palavra negativa (**nunca**) pede **próclise (pronome antes do verbo)** e o certo seria **"Nunca me deixe"**

NÃO!

LEMBRE-SE!

Não se **inicia** frase com **pronome oblíquo!**

- ☒ A colocação pronominal refere-se à **posição dos pronomes pessoais** (como **"eu," "você," "ele," "ela," "nós," "eles,"** etc.) nas frases em relação ao **verbo e ao restante da estrutura da frase**.
- ☒ A língua portuguesa tem regras específicas para a colocação de pronomes pessoais, e estas **regras variam de acordo com o tipo de verbo, tempo verbal e contexto da frase**.
- ☒ Além das regras gerais, a colocação pronominal pode variar de acordo com o contexto e a ênfase que o falante deseja dar à frase.
- ☒ Independente do tipo de frase, **não se inicia frase com o pronome oblíquo**, de acordo com as regras gramaticais.

Existem três formas principais de colocação pronominal em português: **próclise, ênclise e mesóclise**.

DICA 02

USO DA VÍRGULA I

A utilização da vírgula na escrita desempenha um papel importante na organização das ideias, na clareza e na interpretação correta de uma frase. Ela **não apenas indica pausas na fala (respiração) como também pode alterar significativamente a semântica de uma frase.**



VÍRGULA E PAUSA (RESPIRAÇÃO)

A vírgula é frequentemente **usada para indicar pausas na leitura**, refletindo a maneira como a frase deve ser entoada.

Por exemplo:

- *Sem vírgula: "Vamos comer crianças."*
- *Com vírgula: "Vamos comer, crianças."*

A segunda frase indica que a intenção não é comer as crianças, mas sim convidá-las para uma refeição.

VÍRGULA E SEMÂNTICA

A vírgula também **pode mudar o significado de uma frase**, especialmente em casos de orações subordinadas ou adjuntos adverbiais. Veja um exemplo:

- "O homem, que você viu na rua, estava usando um chapéu."
- "O homem que você viu na rua estava usando um chapéu."

Na primeira frase, a vírgula sugere que o homem em questão pode não ser o mesmo que foi visto na rua. Na segunda frase, sem a vírgula, a implicação é que o homem visto na rua é aquele que estava usando um chapéu.

VÍRGULA E ORGANIZAÇÃO DE ELEMENTOS

A vírgula também é **usada para separar elementos em uma lista**, como substantivos, adjetivos, ou outros termos. Por exemplo:

- "Gosto de sorvete, bolo, e pizza."
- "Gosto de sorvete, bolo e pizza."

**VOU ALI
COMER GENTE.**

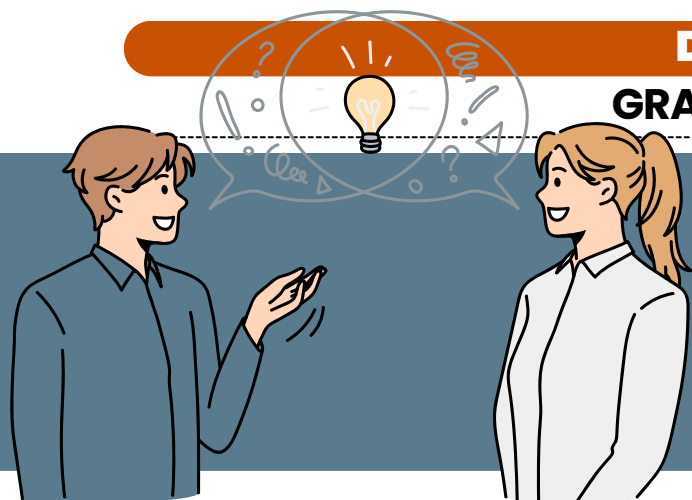
Por causa de uma vírgula,
você vira um **CANIBAL.**



LÍNGUA INGLESA

DICA 03

GRAMÁTICA III



PLURAIS IRREGULARES DOS SUBSTANTIVOS



Os plurais irregulares em inglês **não seguem as regras padrão de** adição de "s" ou "es".

Ao invés disso, **eles têm formas específicas que precisam ser memorizadas.**



Muitos **plurais irregulares** são bastante comuns. Exemplos incluem:



- Woman (mulher) - Women (mulheres)
- Child (criança) - Children (crianças)



- Foot (pé) - Feet (pés)



- Tooth (dente) - Teeth (dentes)



Fique atento aos **plurais que não mudam**, alguns substantivos **são iguais no singular e no plural**, por exemplo:



- "sheep" (ovelha)



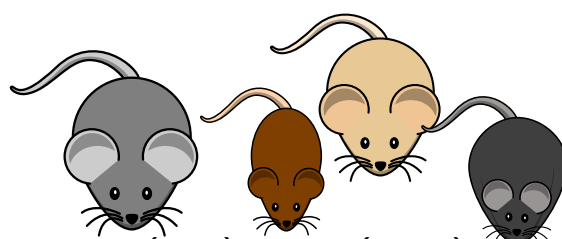
- "deer" (veado)



Por fim, tome nota aos **plurais que mudam a vogal interna**. Alguns **plurais irregulares mudam a vogal interna do singular para o plural**, por exemplo:



- Man (homem) - Men (homens);



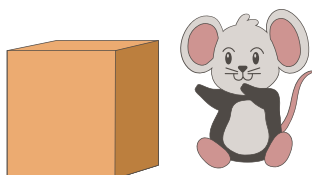
- Mouse (rato) - Mice (ratos).

DICA 04

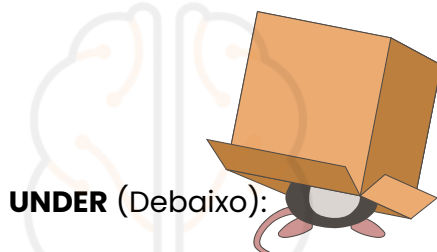
GRAMÁTICA XIII



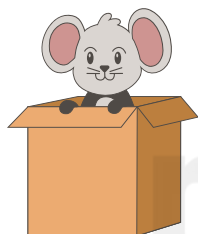
As preposições em inglês (prepositions) são termos que funcionam como **conectivos nas orações**. Elas são muito importantes para **conectar as palavras de uma frase sejam substantivos ou pronomes, estabelecendo uma ligação entre elas**. Sendo assim, as preposições completam o sentido das frases.



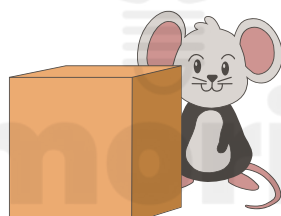
NEAR (Perto):



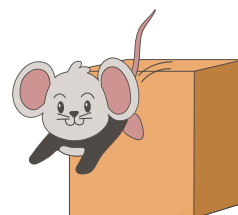
UNDER (Debaixo):



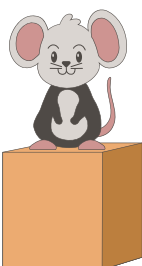
INSIDE (Dentro):



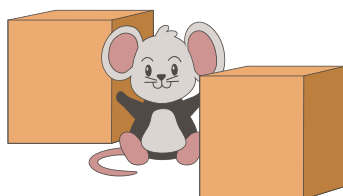
BEHIND (Atrás):



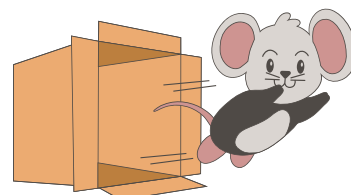
ABOVE (Acima de):



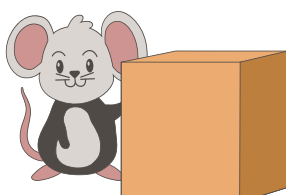
ON (Em cima de; Sobre):



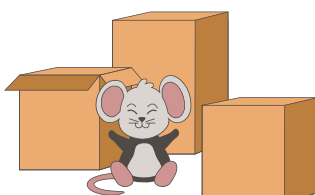
BETWEEN (Entre):



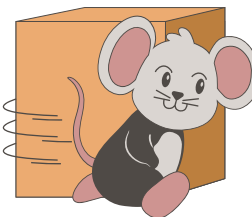
OUT OF (Fora de):



BESIDE (Ao lado):



IN FRONT (Na frente; À frente):



AROUND (Ao redor de):

NOÇÕES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

DICA 05

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI Nº 101/2000 II

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL II

o que precisamos saber?



Já sabemos que as entidades públicas **deve respeitar os limites e regulamentações legais** referentes às despesas e gastos públicos, de acordo com a sua **competência e capacidade** de **arrecadação tributária**.

Para alcançar esse propósito, cada órgão deve seguir um **plano de despesas**, definindo **limites e objetivos** a serem atingidos na utilização de verbas específicas.

quem deve cumprir a lei de responsabilidade fiscal?

A Lei de Responsabilidade Fiscal define os **entes** que se **submetem** às suas **regras**. São eles:

- UNIÃO;
- ESTADOS;
- DISTRITO FEDERAL;
- MUNICÍPIOS;
- PODER EXECUTIVO;
- PODER LEGISLATIVO E TRIBUNAIS DE CONTAS (INCLUINDO-SE TODAS AS SUAS MODALIDADES);
- PODER JUDICIÁRIO;
- MINISTÉRIO PÚBLICO;
- ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, COMO FUNDOS, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES,

Essa previsão está localizada no art. 1º, §3º, inciso I, da LC nº 101/00.



DICA 06

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI Nº 101/2000 X



LEI DE
RESPONSABILIDADE
FISCAL X

despesa pública

Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a **despesa total com pessoal**, em cada **período de apuração e em cada ente da Federação**, **não** poderá **exceder os percentuais da receita corrente líquida**, a seguir discriminados:

LIMITES COM GASTOS DE PESSOAL NA LRF

Para o governo federal

50% da da receita corrente líquida (RCL), assim divididos:

40,9%
Executivo

6%
Judiciário

2,5%
Legislativo

0,6%
Ministério
Público

Para os municípios

60% da receita corrente líquida (RCL), da seguinte forma:

54%

Executivo

6%

*Legislativo

*incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver

Para os estados

60% da receita corrente líquida (RCL), da seguinte forma:

49%

Executivo

6%

Judiciário

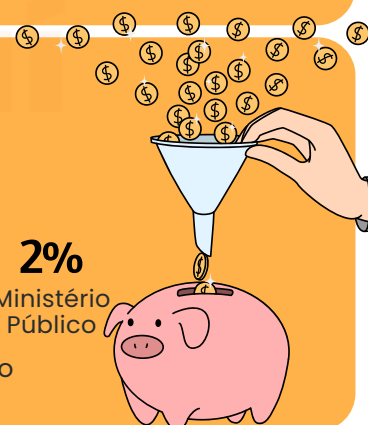
3%

*Legislativo

2%

Ministério
Público

*incluindo o Tribunal de Contas do Estado



SANÇÕES PARA QUEM ULTRAPASSAR OS LIMITES (se gastos totais com pessoal ultrapassarem 95% do limite estabelecido)

• **Interrupção de transferências voluntárias** (e a sua contratação) realizadas pelo Governo Federal

• **Impedimento de contratação** de operações de crédito

• **Restrições à concessão de contratação de pessoal e de reajustes** (apenas os aumentos determinados por contratos e pela Justiça são autorizados)

• Impossibilidade para a **obtenção de garantias da União** para a contratação de operações de crédito externo

• O agente administrativo (presidente, governador, prefeito etc) que **ultrapassar** os limites pode ter o **mandato cassado e está sujeito a multa de 30%** dos vencimentos anuais, bem como **inabilitação** para o **exercício da função pública e detenção**, que poderá variar entre 6 meses e 4 anos

RACIOCÍNIO LÓGICO

DICA 07

CONTRADIÇÃO

Uma contradição é o oposto de uma tautologia na lógica proposicional.

Uma contradição é **uma proposição composta que é sempre falsa, independentemente dos valores de verdade das proposições simples que a compõem**. Em outras palavras, não importa quais valores de verdade você atribua às proposições individuais, **a proposição composta será sempre falsa (F)**.



COMO FAÇO PARA RECONHECER UMA CONTRADIÇÃO?

Basta construir a tabela-verdade da proposição composta para verificar se ela é uma contradição. Se **em todas as linhas da tabela-verdade a proposição composta resultar em Falso (F)**, então você tem uma contradição.

Por exemplo, **a proposição composta " $A \wedge \neg A$ "** (onde $\wedge$ representa a conjunção e $\neg$ a negação) é uma contradição, pois sua tabela-verdade mostra que o resultado é sempre Falso:

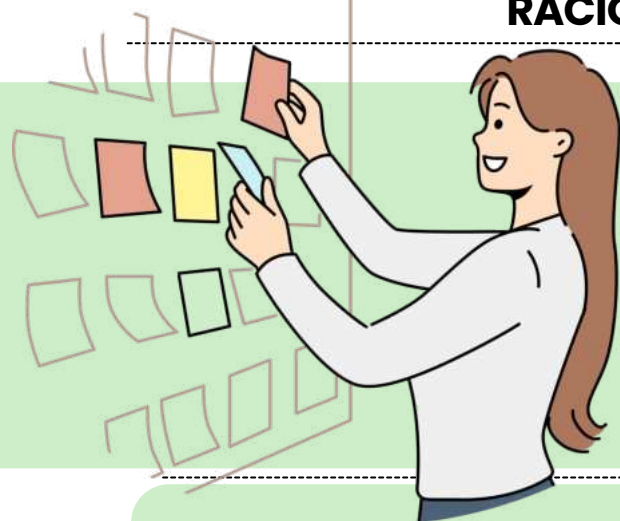
EXEMPLO DE TABELA-VERDADE COM UMA CONTRADIÇÃO

A	$\neg A$	$A \wedge \neg A$
V	F	F
F	V	F

Em ambas as linhas, o valor resultante de " $A \wedge \neg A$ " é Falso. Portanto, " $A \wedge \neg A$ " é uma **contradição**.

DICA 08

RACIOCÍNIO SEQUENCIAL II



RACIOCÍNIO SEQUENCIAL II

VAMOS APRENDER NA PRÁTICA?

Ano: 2023 Banca: IBFC Órgão: IBGE Prova: IBFC - 2023 - IBGE - Agente de Pesquisas e Mapeamento.

Considere a seguinte sequência de números: - 1, 3, -5, 7, ... Com base nesse padrão, pode-se afirmar que o próximo número que deve aparecer na sequência será:

- ☐ a) -2
- ☐ b) 9
- ☐ c) 8
- ☐ d) - 9
- ☐ e) -11

Gabarito: Letra D

VOCÊ CONSEGUE DESVENDAR O PADRÃO DESSA SEQUÊNCIA? VAMOS VER?

Resolução:

Passo 1: Identificar o padrão da sequência

Os números alternam entre negativos e positivos e seguem um crescimento regular. Vamos analisar a diferença entre os termos consecutivos:

$$\begin{aligned} 3 - (-1) &= 4 \\ -5 - 3 &= -8 \\ 7 - (-5) &= 12 \end{aligned}$$

- O padrão das diferenças é: +4, -8, +12, -16, ...

Observamos que os valores das diferenças seguem a sequência: 4, 8, 12, 16, ..., que é uma **progressão aritmética** de **razão 4**.

Passo 2: Encontrar o próximo termo

O último **termo conhecido** é **7**, e a **próxima diferença** será **-16** (segundo o padrão alternado).

$$7 - 16 = -9$$

O **próximo número da sequência** será **-9** ✓

ESTATÍSTICA

DICA 09

NOÇÕES GERAIS



CONHECIMENTOS DE ESTATÍSTICA

afinal o que é estatística?

É a disciplina da matemática que trata da **coleta, análise e interpretação de dados em diversas áreas**, como ciências naturais, ciências sociais, engenharia, negócios e medicina.

APLICAÇÕES DA ESTATÍSTICA:

Utilizada para **resumir, descrever e inferir conclusões a partir de dados**. Aplica-se em uma variedade de contextos, desde a pesquisa científica até a análise de negócios.

PRINCIPAIS CATEGORIAS DA ESTATÍSTICA

A estatística pode ser categorizada em duas áreas primárias: **estatística descritiva e estatística inferencial**.

- A **estatística descritiva** tem como foco a **descrição e resumo dos dados**, enquanto a **estatística inferencial** visa fazer **inferências e conclusões sobre uma população com base em uma amostra de dados**.
- Ambas áreas são fundamentais para interpretar e compreender dados de maneira relevante e útil.

A estatística descritiva consiste na **coleta, organização, resumo e apresentação de dados**. Esses dados podem ser obtidos de diversas fontes, como **experimentos, pesquisas, estudos de caso e dados administrativos**. Em seguida, eles são organizados em tabelas, gráficos e diagramas para tornar a análise e interpretação mais acessíveis.



DICA 10

NOÇÕES GERAIS



TESTES DE HIPÓTESES

o que é isso?

Os testes de hipóteses são uma técnica que visa determinar se uma afirmação acerca da população é coerente com os dados amostrais.

ENTENDA A FUNDAMENTAÇÃO BÁSICA

O teste de hipóteses é uma técnica que se baseia na **formulação de duas afirmações**: a **hipótese nula (H_0)**, que é a **afirmação que desejamos testar**, e a **hipótese alternativa (H_A)**, que é a **afirmação que desejamos provar se rejeitarmos a hipótese nula**. Em seguida, é necessário calcular uma estatística de teste a partir da amostra e compará-la com uma distribuição de probabilidade conhecida. Com base nessa comparação, podemos decidir se rejeitamos ou não a hipótese nula. É possível utilizar o teste de hipóteses para avaliar se a média populacional é igual a um determinado valor ou se a proporção populacional é maior ou menor que um determinado valor.



Teste de hipótese para a média de idade dos estudantes de uma universidade:

- Com base em uma amostra de 50 alunos, deseja-se testar a hipótese de que a média de idade é 22 anos, com um nível de significância de 0,05. O estudo envolve a formulação de duas hipóteses: a hipótese nula **$H_0: \mu = 22$** e a **hipótese alternativa $H_A: \mu \neq 22$** . Para realizar o teste, é necessário calcular a estatística de teste, como o teste t de Student, e comparar com o valor crítico da distribuição t de Student com 49 graus de liberdade. Caso a estatística de teste caia na região de rejeição, a hipótese nula seria rejeitada e concluiríamos que a média de idade dos estudantes não é igual a 22 anos.

TÉCNICAS IMPORTANTES DA INFERÊNCIA ESTATÍSTICA:

A inferência estatística é amplamente aplicada em muitas áreas, incluindo medicina, economia, psicologia, biologia, entre outras. Técnicas como estimação pontual, estimação intervalar e testes de hipóteses **possibilitam tirar conclusões sobre a população com base em uma amostra**. Isso pode ser extremamente útil para tomar decisões informadas e embasadas em dados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA 11

ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a natureza e os efeitos jurídicos** desses atos.

Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade

Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade

Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade

Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade

A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.


mnemônico
PATI

Presunção de Legitimidade
Autoexecutoriedade
Tipicidade
Imperatividade



Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.

DICA 12

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO I

A responsabilidade civil do Estado refere-se à **obrigação legal que o Estado tem de reparar os danos causados a terceiros em virtude das ações ou omissões de seus agentes, serviços públicos ou políticas públicas.**

Em outras palavras, quando o Estado, por meio de seus funcionários, serviços ou decisões, causa prejuízo a indivíduos ou entidades, ele pode ser responsabilizado e obrigado a indenizar as vítimas pelos danos sofridos.

Todas as pessoas **de direito público respondem objetivamente** pela ação de seus agentes (conduta comissiva).

Existem **dois principais tipos de responsabilidade civil** do Estado, vamos conhecer?

RESPONSABILIDADE OBJETIVA (OU TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO)

Nesse tipo de responsabilidade, **o Estado é considerado responsável pelos danos causados, independentemente de haver culpa por parte dos agentes públicos.** Basta que **seja demonstrada a relação de causa e efeito entre a ação ou omissão do Estado e o dano sofrido pela vítima.** O fundamento para essa responsabilidade é o risco inerente às atividades estatais, uma vez que o Estado detém o monopólio do uso da força e exerce diversas funções em benefício da sociedade.

RESPONSABILIDADE SUBJETIVA (OU TEORIA DA CULPA)

Nesse tipo de responsabilidade, **a vítima precisa provar não apenas a relação de causa e efeito entre o dano e a ação do Estado, mas também a existência de culpa ou dolo por parte dos agentes públicos.** Ou seja, é necessário demonstrar que houve negligência, imprudência ou imperícia por parte do Estado ou de seus agentes para que a responsabilidade seja configurada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA 13

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS – PARTE VI

LXXII – conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Previsão constitucional: Art. 5º, LXXII, CF.



HABEAS DATA

"Remédio constitucional" cujo objetivo é **assegurar o direito à informação e à intimidade**.

Ação **gratuita**. No entanto, **é imprescindível** a assistência advocatícia para que essa ação seja impetrada.



O habeas data pode ser usado para **obter dados** em bancos de dados públicos, como a Receita Federal, ou privados, mas de caráter público, como os de serviços de proteção ao crédito – popularmente conhecidos como SPC – ou os cadastros de consumidores.

Permite que o cidadão em questão, identificado legalmente como impetrante, **tenha acesso às informações contidas nos bancos de dados governamentais** em seu nome, bem como **solicitar que essas informações sejam corrigidas ou retificadas**.

Não se esqueça!

Qualquer indivíduo, seja pessoa física ou jurídica, de nacionalidade brasileira ou estrangeira, **tem o direito de entrar com um habeas data**. Este é um tipo de ação estritamente pessoal, que **não pode ser utilizada para obter acesso a informações pertencentes a terceiros**.



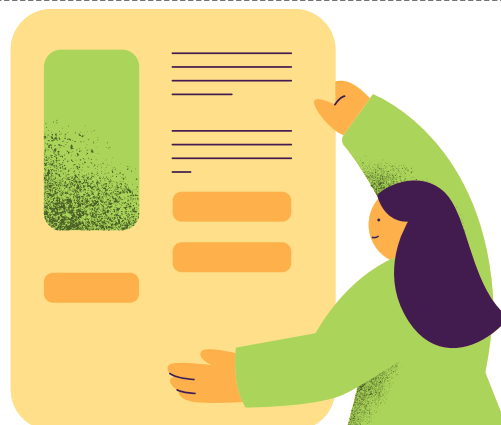
DICA 14

APLICABILIDADE CONSTITUCIONAL III

APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

normas de eficácia limitada

sua aplicabilidade é **indireta, mediata e reduzida**.



Por fim, as **normas constitucionais de eficácia limitada** referem-se àquelas que necessitam de regulamentação infraconstitucional para produção de seus efeitos.



Ou seja, o **texto constitucional** mostra-se incapaz de, isoladamente, produzir todas as consequências necessárias à concretização do direito.

características

NÃO-AUTOAPLICAVEIS

A não-autoaplicabilidade se refere à **necessidade de suplementação legislativa** para que os efeitos do texto constitucional se manifestem plenamente.

APLICABILIDADE INDIRETA, MEDIATA E REDUZIDA

No que diz respeito à **aplicabilidade indireta**, isso envolve a **necessidade de uma lei regulamentadora** para dar eficácia aos efeitos pretendidos pelo texto constitucional.

A **aplicabilidade mediata**, por sua vez, ocorre quando o **texto constitucional**, por si só, **não é suficiente para produzir os efeitos desejados pelo legislador**.

Por fim, no contexto da **aplicabilidade reduzida**, é importante ressaltar que essas normas **possuem um grau limitado de eficácia** logo após a promulgação da Constituição de 1988.



mnemônico

PINGA COM LIMÃO

EFICÁCIA PLENA
EFICÁCIA CONTIDA
EFICÁCIA LIMITADA



GESTÃO PÚBLICA

DICA 15

GESTÃO DE PROCESSOS

BALANCED SCORECARD (BSC)



O Balanced Scorecard é uma metodologia desenvolvida por Robert Kaplan e David Norton na década de 1990. As perspectivas clássicas do BSC podem ser adaptadas a **qualquer organização**, inclusive **organizações públicas**.

COMO ELE FUNCIONA?

Ele é uma ferramenta abrangente que visa traduzir a **estratégia organizacional** em indicadores de **desempenho tangíveis e mensuráveis**, alinhando os objetivos estratégicos com as ações operacionais.



- O BSC substitui os **sistemas de medição de desempenho tradicionais**, que se concentram apenas em **aspectos financeiros**.
- Além disso, visa implementar e acompanhar a **estratégia organizacional**, estabelecendo indicadores de metas e objetivos.
- O BSC ajuda os gestores a **visualizar e monitorar o progresso** em todas as perspectivas, permitindo uma análise abrangente do desempenho organizacional e embasando decisões estratégicas com dados sólidos.

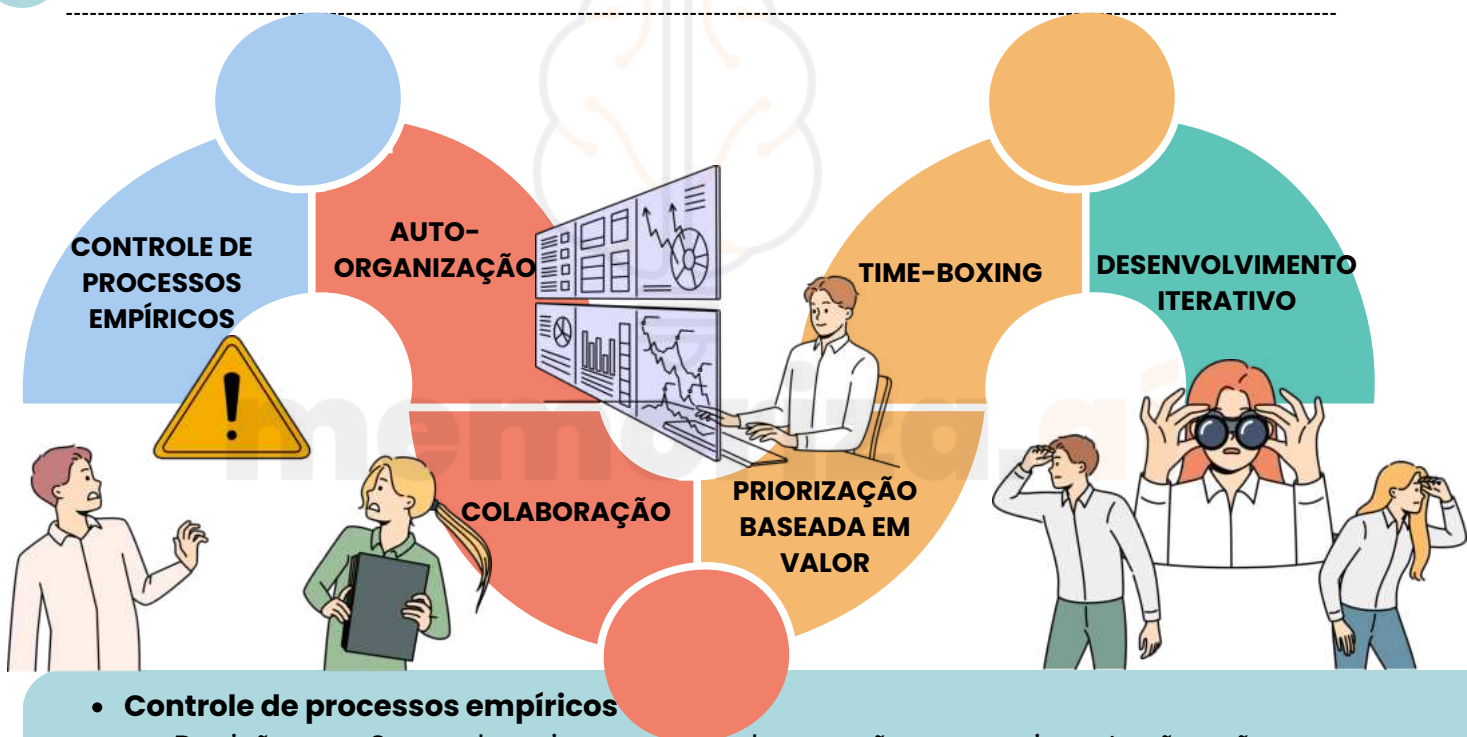
DICA 16

METODOLOGIAS ÁGEIS, LEAN MANUFACTURING, SCRUM II



SCRUM

➔ De acordo com o Guia SBOK™ (Scrum Body of Knowledge), a Scrum tem **seis princípios**.



- **Controle de processos empíricos**
 - Decisões no Scrum baseiam-se em observação e experimentação, não em planejamento antecipado.
- **Auto-organização**
 - Colaboradores são incentivados a ter proatividade e responsabilidade.
- **Colaboração**
 - Trabalho conjunto com stakeholders para criar e validar entregas.
- **Priorização baseada em valor**
 - Objetivo de oferecer máximo valor de negócio em tempo mínimo.
- **Time-boxing**
 - Limitação de tempo para cada evento, garantindo cumprimento de prazos.
- **Desenvolvimento iterativo**
 - Repetição de sprints para gerar valor continuamente ao produto.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA

DICA 17

CICLO ORÇAMENTÁRIO III

PROPOSTA
ORÇAMENTÁRIA



Após a elaboração da proposta orçamentária, **cabe ao Poder Legislativo a responsabilidade de analisar e aprovar o orçamento**. No Brasil, **o presidente deve enviar o PLOA ao Congresso Nacional até o final de agosto de cada ano**.

processo de votação do orçamento



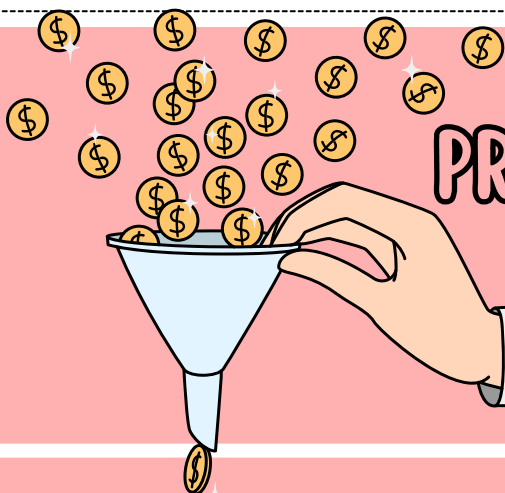
No Legislativo, **os parlamentares realizam uma análise minuciosa da proposta orçamentária**. Eles **podem propor emendas, alterar valores e realocar recursos entre os programas e projetos**. Após as discussões, **o orçamento é votado e, se aprovado, torna-se lei orçamentária para o exercício seguinte**.



Após a aprovação, **o governo passa a executar as despesas previstas no orçamento ao longo do período estabelecido**. Durante a execução, é fundamental monitorar os gastos para garantir que eles estejam ocorrendo de acordo com o planejado.

DICA 18

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO III



PROCESSO LEGISLATIVO
ORÇAMENTÁRIO

Os projetos de lei relativos ao **PPA, LDO e LOA**, bem como os **créditos adicionais**, serão avaliados por **ambas as casas do Congresso**. Há uma comissão mista permanente composta por deputados e senadores encarregados de:



Analisar e emitir parecer sobre os projetos de lei acima mencionados, além de **revisar as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República**.



Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição.

ANOMIA ORÇAMENTÁRIA

e que precisamos saber?

A anomia orçamentária **ocorre quando um novo exercício financeiro é iniciado sem a aprovação da Lei Orçamentária**. As situações que podem causar essa anomalia são:

- O Chefe do Executivo **não envia o projeto de lei dentro do prazo estabelecido**;
- O **Projeto é rejeitado pela Casa Legislativa**;
- A **Lei Orçamentária não é votada pelo Congresso Nacional**.

Jurisprudência

- **Informativo 1034:** Normas estaduais que impõem a lei orçamentária antes das Emendas Constitucionais 86/2015 e 100/2019 são consideradas inconstitucionais.
- **Informativo 1015:** É inconstitucional que as normas estaduais estabeleçam um limite diferente do imposto pelo artigo 166 da Constituição Federal para a aprovação de emendas parlamentares impositivas.



DINÂMICAS DO MUNICÍPIO DE SAO PAULO

DICA 19

DESIGUALDADES GEOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS



A estratificação social descreve a **organização hierárquica da sociedade** em diferentes **camadas**, levando em conta critérios como **renda, ocupação, status social e acesso a recursos**.

Isso influencia a **distribuição de poder, prestígio e recursos** entre os membros da sociedade

- No Brasil, a estratificação social é conhecida pela **estrutura de classes**, que inclui a elite, a classe média e a classe trabalhadora.
- Dois teóricos proeminentes, Karl Marx e Max Weber, analisaram a teoria de classes, com enfoque na **posse de meios de produção**. Marx identificou os **capitalistas e o proletariado**, enquanto Weber considerava fatores além da condição material, como o **status social**.
- A disparidade de oportunidades causada pela estratificação social pode levar a **desigualdades e impactos na saúde mental e emocional** das comunidades, gerando tensões e conflitos, bem como sentimentos de desesperança e exclusão.
- O **acesso desigual** a cuidados de saúde e serviços sociais complica ainda mais essa situação.

Sociedade Humana Brasil
primeira década do século XXI



DICA 20

DESIGUALDADES GEOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS



CRESCIMENTO DAS CIDADES E PROBLEMAS URBANOS

→ A urbanização no Brasil está intimamente ligada às **mudanças econômicas e aos ciclos econômicos ao longo da história do país**, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

→ No início, as primeiras cidades surgiram nas áreas litorâneas devido à colonização ao longo da costa. Posteriormente, as vilas e cidades no interior se desenvolveram ligadas às atividades agropecuárias e extrativistas, como mineração e extrativismo vegetal.

- A reestruturação da economia brasileira entre os séculos XIX e XX **impactou a distribuição da população, levando ao crescimento urbano no Sudeste** com o surgimento da indústria e a migração do campo para as cidades.
- O fenômeno do **êxodo rural aumentou a urbanização** a partir dos anos 1950, impulsionado pela industrialização e oferta de empregos urbanos.
- Isso culminou em questões como a expansão das favelas, trabalho informal, desigualdade na distribuição populacional e diferenças regionais na urbanização, com o **Sudeste sendo a região mais urbanizada e o Nordeste a menos urbanizada no Brasil**.

No entanto, o **crescimento desordenado resultou em desafios** como:



problemas **ambientais**;

distribuição **desigual** da população.

macrocefalia urbana;



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

DICA 21

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

**DESENVOLVIMENTO
DO MUNICÍPIO**



O Município tem a **responsabilidade** de oferecer **serviços públicos essenciais** para garantir a qualidade de vida dos cidadãos:



Saúde (Art. 200 a 205):

A Prefeitura deve administrar **hospitais**, postos de saúde e campanhas preventivas.



Educação (Art. 206 a 215): Deve garantir **escolas públicas** de qualidade, capacitar professores e fornecer merenda.



**Assistência Social
(Art. 216 a 225):**

Apoiar populações **vulneráveis**, incluindo crianças e idosos em risco.

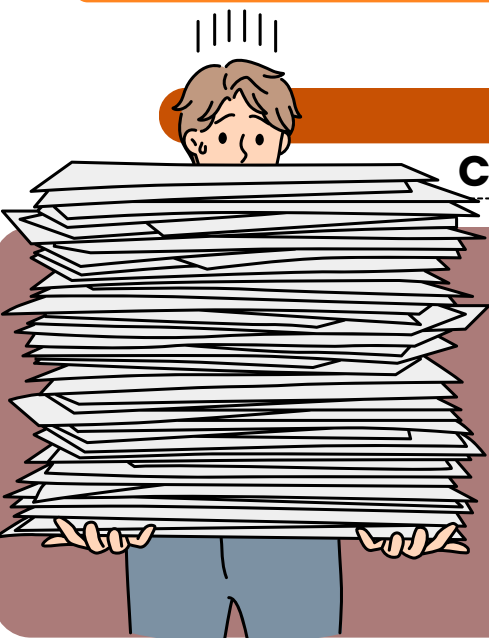


Cultura (Art. 226 a 238): Fomentar a produção **cultural**, preservar patrimônio histórico e ampliar o acesso a espaços culturais.

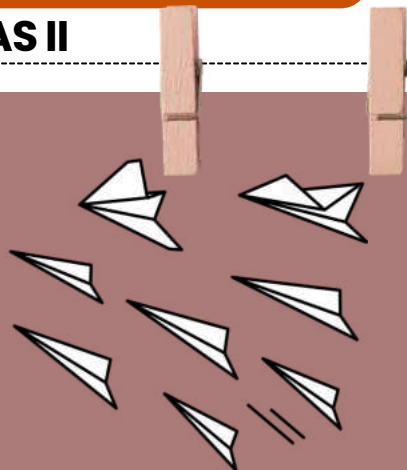
AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO GERAL

DICA 22

CICLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS II



CONSTRUÇÃO DA AGENDA



Antes de iniciar qualquer processo, é imperativo que o poder público tenha **clareza** quanto às suas **prioridades**.



Diante da ampla gama de setores que demandam **investimentos contínuos**, como saúde, educação e habitação, por exemplo, frequentemente nos deparamos com recursos escassos para atender todas as demandas necessárias.



- Assim, a primeira fase concentra-se na **identificação dos problemas que requerem maior atenção**, visando orientar o planejamento.
- Durante essa etapa, os atores envolvidos devem conduzir análises abrangentes de todos os dados existentes sobre a situação.

É A PARTIR DO **RECONHECIMENTO DOS PROBLEMAS PRIORITÁRIOS** QUE A **AGENDA GOVERNAMENTAL SE DELINEIA**.

No entanto, diante do elevado número de questões a serem abordadas, nem todas as ações delineadas na agenda receberão resposta imediata.

- Esse cenário ocorre principalmente devido à **necessidade de avaliação criteriosa** de fatores como:
 - custo-benefício;
 - disponibilidade de recursos e
 - urgência das demandas para viabilizar efetivamente muitos projetos.



DICA 23

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV

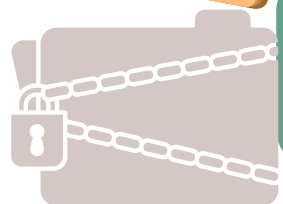
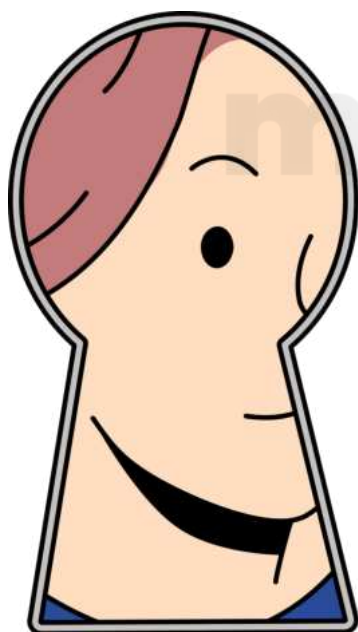
LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar** a **segurança nacional**, a **defesa**, ou as **relações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto**, **secreto**, **reservado**.



ULTRASSECRETO:

Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo de confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:

Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**.

RESERVADO:

Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**.

- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.

DICA 24

REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS III

REQUISITOS PARA O
TRATAMENTO DE DADOS
PESSOAIS SENSÍVEIS II



Vamos revisitar a explicação sobre **dados pessoais sensíveis** para garantir que não haja confusão na prova e evitar qualquer pegadinha. É crucial entender e fixar o conceito desses dados, pois eles **exigem uma proteção especial** devido à sua **natureza íntima e potencialmente discriminatória**.



Os dados pessoais sensíveis envolvem situações em que o seu tratamento pode **acarretar riscos aos seus titulares**, seja por uso indevido ou vazamento.



Ao compreender claramente o que são dados pessoais sensíveis e a importância de sua proteção, os profissionais podem **diferenciá-los dos demais tipos de dados**, assegurando a conformidade com as regulamentações de proteção de dados, como a LGPD, e evitando possíveis armadilhas em avaliações e provas.

Por essa razão, o legislador estabeleceu um **regime jurídico específico para esse tipo de informação pessoal**. Segundo a LGPD, **dados sensíveis** incluem



DICA 25

ESCRITURAÇÃO E LANÇAMENTOS CONTÁBEIS I



→ O mecanismo de partidas dobradas é o **princípio fundamental da escrituração contábil**, estabelecendo que **para toda aplicação de recurso deve haver uma origem correspondente**.

→ Esse princípio implica que, **para cada débito, deve existir um crédito correspondente**, garantindo que em cada fato contábil, no mínimo, duas contas estejam envolvidas: **uma representando a aplicação do recurso e outra a origem desse recurso**.

→ Para compreender melhor as partidas dobradas, é útil enxergar cada conta como uma **entidade autônoma que se relaciona com a empresa por meio de débitos e créditos**, de acordo com sua natureza devedora ou credora.

Ao analisar um registro contábil, duas perguntas fundamentais são feitas para identificar débitos (aplicações) e créditos (origens):

- **Quem (qual conta) recebeu?** Esta é a aplicação e será debitada.
- **Quem (qual conta) entregou?** Esta é a origem e será creditada.



Com base no conceito de partidas dobradas, algumas deduções importantes podem ser feitas, tais como:

- O TOTAL DOS VALORES DEBITADOS **É IGUAL** AO TOTAL DOS VALORES CREDITADOS.
- O TOTAL DOS DÉBITOS **É IGUAL** AO TOTAL DOS CRÉDITOS.
- O TOTAL DOS SALDOS DEVEDORES **É IGUAL** AO TOTAL DOS SALDOS CREDITORES.
- O TOTAL DAS APLICAÇÕES **É IGUAL** AO TOTAL DAS ORIGENS.
- ATIVO **É IGUAL** A PASSIVO MAIS PATRIMÔNIO LÍQUIDO.
- ATIVO MAIS DESPESAS **É IGUAL** A PASSIVO MAIS PATRIMÔNIO LÍQUIDO MAIS RECEITAS.
- ATIVO MAIS DESPESAS MAIS REDUTORAS DO PASSIVO/PL **É IGUAL** A PASSIVO MAIS PATRIMÔNIO LÍQUIDO MAIS RECEITAS MAIS REDUTORAS DO ATIVO.

Para resolver questões em provas, **é importante identificar a conta originária e a conta aplicada**. As **aplicações de recursos** envolvem contas como **Ativo e Despesas**, enquanto as **origens de recursos** estão relacionadas com contas como **Passivo, Patrimônio Líquido e Receitas**.



DICA 26

DESPESA PÚBLICA

DESPESAS OBRIGATÓRIAS

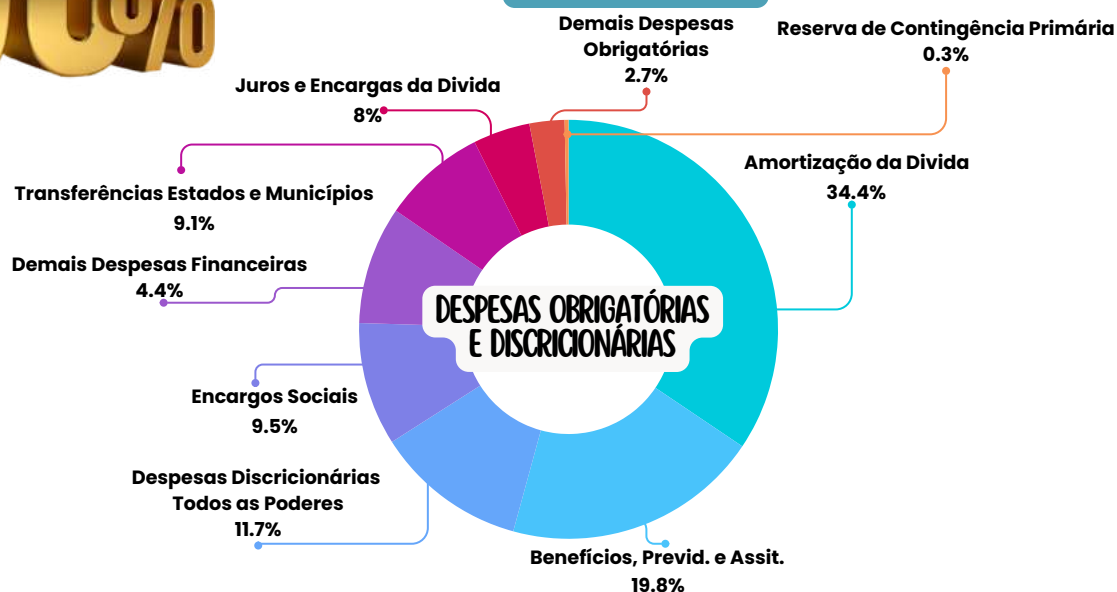
- ➔ As despesas obrigatórias são aquelas que o governo **não pode evitar**, pois estão **previstas em lei** ou são resultantes de **obrigações constitucionais e legais**.
- ➔ Essas despesas incluem valores que devem necessariamente ser pagos, independentemente da situação financeira ou das prioridades do governo.

- **Exemplos:** Pagamento de salários e encargos sociais dos servidores públicos, benefícios previdenciários (como aposentadorias e pensões), decisões judiciais (como precatórios), transferências constitucionais para Estados e Municípios, além dos gastos mínimos obrigatórios em setores como saúde e educação.

- **Características:** São fixas e não podem ser adiadas ou cortadas sem uma mudança legislativa ou constitucional.

90%

REPRESENTAM A **MAIOR PARTE DO ORÇAMENTO PÚBLICO** (CERCA DE **90% NO ÂMBITO FEDERAL**), O QUE DEIXA POUCO ESPAÇO PARA **DESPESAS DISCRICIONÁRIAS**.



AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO CORREIÇÃO

DICA 27

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA I

A improbidade administrativa é uma conduta ilegal e antiética cometida por agentes públicos ou particulares **que cause prejuízo ao erário, viole princípios da administração pública ou comprometa a honestidade e a integridade na gestão dos recursos e interesses públicos.**

É CONSIDERADA UMA **FORMA GRAVE DE CORRUPÇÃO E MÁ CONDUTA NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**



Vejamos os **três tipos de improbidade administrativa**:



Enriquecimento ilícito: Consiste no ato de **obter vantagem patrimonial indevida em decorrência do exercício de cargo, emprego, função ou mandato público.** Isso pode incluir o desvio de recursos públicos, suborno, nepotismo, entre outras práticas que visam ao benefício pessoal em detrimento do interesse público.



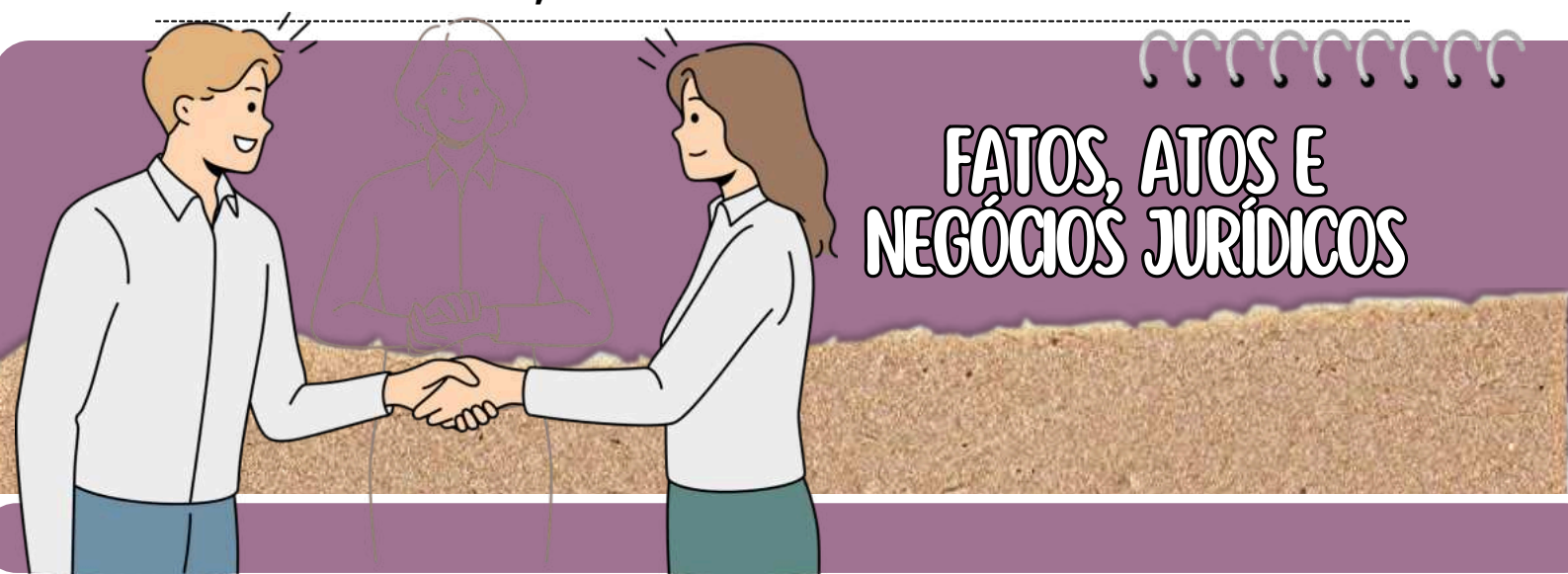
Prejuízo ao erário: Envolve **causar dano aos cofres públicos por meio de ações que resultem em perda de recursos**, seja por desvio, malversação ou mau uso do dinheiro público.



Violação de princípios da administração pública: Refere-se a **condutas que violem os princípios constitucionais que norteiam a atuação da administração pública**, como legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Isso pode incluir atos que favoreçam indevidamente interesses particulares, nepotismo, direcionamento de licitações, entre outros comportamentos que ferem a ética e a lisura na administração.

DICA 28

FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS I



FATO JURÍDICO EM SENTIDO LATO:

- Refere-se a **qualquer acontecimento**, **dependente** ou **não da vontade humana**, que produz ou tem potencialidade para **produzir efeitos jurídicos**.

FATOS JURÍDICOS NATURAIS OU EM SENTIDO ESTRITO:

- São **acontecimentos involuntários**, **independentes** da **vontade humana**, que **produzem efeitos jurídicos**. Exemplos incluem *prescrição*, *decadência* e *formas de aquisição de propriedade imobiliária por acessão natural*.

ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO AMPLO:

- São todos os **acontecimentos com repercussões jurídicas** decorrentes da **vontade humana**.

ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO ESTRITO:

- São os **atos jurídicos provenientes da vontade humana** que geram efeitos previstos na norma jurídica, e esses efeitos não podem ser modificados.

Um exemplo é o *registro de nascimento de um filho*.

ATO FATO-JURÍDICO:

- São atos nos quais a **manifestação de vontade humana é essencial para sua existência**, mas a produção de efeitos não depende do ânimo ou da consciência do agente.

Um exemplo é a *escolha de ter um filho*, onde o efeito jurídico (a aquisição de personalidade) ocorre independentemente da consciência do agente.

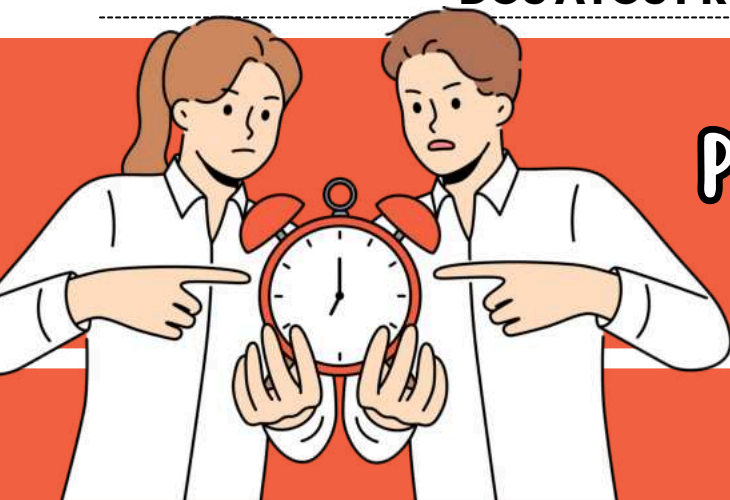
NEGÓCIOS JURÍDICOS:

- Refere-se a toda **declaração de vontade** que o **ordenamento jurídico** atribui os **efeitos desejados pelo agente**, desde que respeitados os pressupostos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia.

DICA 29

DOS ATOS PROCESSUAIS IV

PRAZOS DOS ATOS
PROCESSUAIS II



→ Os prazos processuais são contados de **forma inclusiva**, ou seja, o **dia do início não é contado**, mas o **dia do vencimento é**. Se o último dia do prazo coincidir com um dia em que o expediente forense é encerrado mais cedo, inicia-se mais tarde ou houver problemas de comunicação eletrônica, o **prazo se estende para o próximo dia útil**.

→ No caso de publicações no Diário da Justiça eletrônico, a data de publicação é considerada o **primeiro dia útil seguinte à disponibilização da informação**.

UMA PARTE PODE **ABRIR MÃO DO PRAZO** QUE LHE FOI CONCEDIDO PELA LEI OU PELO JUIZ, DESDE QUE FAÇA ISSO DE FORMA **CLARA E EXPRESSA**.

O juiz tem **prazos específicos** para **proferir diferentes tipos de decisões** durante o processo:

- **Despachos:** São atos do juiz que não resolvem o **mérito do processo**, como determinações de diligências ou providências.
 - Devem ser feitos em até **5 dias**.
- **Decisões interlocutórias:** São decisões que resolvem **questões incidentais no processo**, como pedidos de produção de prova.
 - Devem ser proferidas em até 10 dias.
- **Sentenças:** São decisões que **resolvem o mérito** do processo, ou seja, definem quem ganha ou perde a causa.
 - Devem ser proferidas em até **30 dias**.



O JUIZ TEM A POSSIBILIDADE DE **PRORROGAR** SEUS PRÓPRIOS PRAZOS, DESDE QUE HAJA UM **MOTIVO JUSTIFICADO** PARA TAL. ESSE EXCESSO DEVE SER IGUAL AO **PRAZO INICIAL**.



- **LITISCONSORTES** COM DIFERENTES PROCURADORES, DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA DISTINTOS, TÊM **PRAZOS CONTADOS EM DOBRO** PARA TODAS AS SUAS MANIFESTAÇÕES, EM QUALQUER JUÍZO OU TRIBUNAL, INDEPENDENTEMENTE DE REQUERIMENTO.
- A **CONTAGEM EM DOBRO** CESSA SE, HAVENDO APENAS DOIS RÉUS, APENAS UM DELES OFERECER DEFESA.
- A **REGRA NÃO SE APLICA A PROCESSOS EM AUTOS ELETRÔNICOS**.

DICA 30

APLICAÇÃO DA LEI PENAL I

LEI PENAL NO TEMPO



ENTENDA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO



A lei penal brasileira estipula que **nenhum crime será punível se não estiver previsto anteriormente em lei.**

- Contudo, ao contrário da **lei processual penal**, que se aplica imediatamente quando alterada, a **nova legislação penal** que favoreça o agente pode ser aplicada retroativamente, inclusive em casos já julgados e com sentença condenatória transitada em julgado.



Observação importante sobre a Constituição - Artigo 5º, XL da CF: a lei penal **não retroagirá, exceto** para favorecer o réu.



TEMPO DO CRIME

APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 4º do CP, a **lei penal aplicável é a que estava em vigor no momento da ação ou omissão.**
- No Direito Penal, **utiliza-se a teoria da atividade**, considerando o crime como praticado no instante em que o agente executa a conduta, o que ocorre após o início da ação.

L

U

T

A

MNEMÔNICO

LUGAR = UBIQUIDADE

TEMPO = ATIVIDADE





DICA 31

INQUÉRITO POLICIAL V

PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

ENTENDENDO O PRAZO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL

Os prazos estipulados na lei para conclusão do inquérito policial variam dependendo de diferentes fatores, como se o indiciado está solto ou preso, e a esfera ou o delito cometido. No entanto, é importante ressaltar que, **a partir do momento em que o inquérito policial é iniciado, a autoridade responsável tem a obrigação de finalizá-lo em conformidade com as leis** que regem o procedimento.

REGRA GERAL (PREVISTA NO CPP)

O Código de Processo Penal, em seu Artigo 10, estipula os prazos para a conclusão do inquérito.

- Se o **indiciado estiver preso**, o prazo é de **10 dias** e é **improrrogável**.
- Caso **esteja solto**, o prazo é de **30 dias** e **pode ser prorrogado** em situações onde o fato é difícil de ser elucidado e com a concessão do juiz.



LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Hipóteses	Preso	Solto
Regra Geral - CPP	10 dias	30 dias
Justiça federal	15 + 15 dias	30 dias
Crimes contra a economia popular	10 dias	10 dias
Lei de drogas	30 + 30 dias	90 + 90 dias
Inquérito militar	20 dias	40 + 20 dias

AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO INFRAESTRUTURA

DICA 32

CICLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS I

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



Os ciclos de políticas públicas ilustram as **diferentes etapas que uma política percorre**, desde a identificação do problema até a sua implementação, avaliação e possível revisão.



O desenvolvimento de políticas públicas é um **processo dinâmico** que envolve diversos **atores, formais e informais**, com distintos **níveis de poder**, interagindo em várias **esferas** para discutir, aprovar e implementar políticas.

Os ciclos frequentemente incorporam etapas como **definição da agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação**:

- Durante esse processo, os atores **negociam politicamente**, respeitando as limitações do ambiente institucional.
- Suas ações são **moldadas** por suas **preferências** e pelos **incentivos disponíveis**, todos dentro dessas condições.
- A **cooperação** entre os diferentes atores é crucial para a **produção de políticas públicas**, sendo um elemento fundamental nesse cenário.



O ciclo de políticas públicas tem como principal objetivo **guiar a criação de políticas públicas por meio de um processo** com cinco etapas, conforme será detalhado a seguir.

DICA 33

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997

PRAZOS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL



➔ Caso o órgão ambiental solicite **informações adicionais** ou **ajustes**, o empreendedor tem:

- Até **4 meses** para atender à solicitação.
- Possibilidade de **prorrogação**, caso seja negociado e acordado com o órgão ambiental.

Se o empreendedor **não responder no prazo**, o processo pode ser **arquivado**, obrigando a iniciar tudo novamente. Por isso, manter os prazos é essencial!

Prazos de Validade das Licenças (Art. 18):

Cada licença possui um **prazo específico** que define sua validade, conforme o tipo:

Licença Prévia (LP):

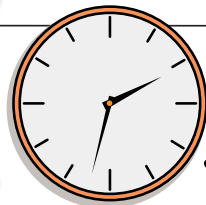
- Mínimo: Arelado ao **cronograma do projeto**.
- Máximo: **5 anos**.

Licença de Instalação (LI):

- Mínimo: Arelado ao **cronograma de execução das obras**.
- Máximo: **6 anos**.

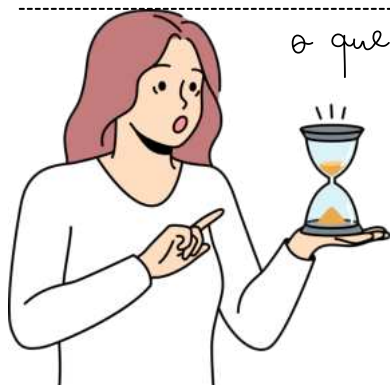
Licença de Operação (LO):

- Mínimo: **4 anos**.
- Máximo: **10 anos**.



SE O EMPREENDIMENTO **ATRASAR** AS OBRAS OU OPERAÇÕES, AS LICENÇAS PODEM SER **PRORROGADAS**, MAS NUNCA ALÉM DO **LIMITE MÁXIMO** ESTABELECIDO POR LEI.

o que acontece se os prazos não forem cumpridos?



- **Por parte do órgão ambiental:**

Outro órgão com competência supletiva (estadual ou federal) pode assumir o licenciamento.

- **Por parte do empreendedor:**

O pedido será arquivado se ele não apresentar as complementações ou correções solicitadas no prazo.

DICA 34

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS VI



SERVIÇOS DE ENGENHARIA

os serviços de engenharia podem ser divididos em serviços comuns e serviços especiais de acordo com a natureza e complexidade das atividades envolvidas.



Essa categorização é relevante no contexto de licitações e contratações públicas para **garantir uma abordagem adequada na escolha dos procedimentos e critérios de seleção dos fornecedores.**

vamos as diferenças entre ambos?



Serviços Comuns de Engenharia: São aqueles serviços que **têm características mais rotineiras, padronizadas e amplamente conhecidas na indústria da engenharia.** Esses serviços podem incluir, por exemplo, manutenção de estradas, pintura de prédios, reparos em instalações elétricas, entre outros. Geralmente, os serviços comuns são aqueles que **não demandam soluções técnicas muito específicas e não requerem um nível elevado de expertise ou complexidade.**



Serviços Especiais de Engenharia: São **serviços mais complexos e que exigem conhecimentos técnicos mais avançados e especializados.** Esses serviços podem englobar projetos de engenharia, consultorias técnicas, elaboração de estudos de viabilidade, desenvolvimento de projetos de infraestrutura de grande porte, entre outros. Os serviços especiais **demandam uma análise mais detalhada das características técnicas e do conhecimento técnico necessário para executá-los.**

Vale destacar que a nova Lei de Licitações do Brasil (Lei nº 14.133/2021) estabelece critérios e regras específicas para a contratação de serviços de engenharia, independentemente de serem considerados comuns ou especiais



DICA 35

NOÇÕES DE AUDITORIA

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA AUDITORIA



➔ Para garantir a **credibilidade** do processo de auditoria, o auditor deve seguir princípios essenciais:



🎯 1. Independência Profissional:

O auditor deve agir de forma isenta e imparcial, sem vínculos que possam comprometer sua análise.

- ✓ Não pode ter relação pessoal ou financeira com a entidade auditada.
- ✓ Deve evitar qualquer tipo de influência externa.
- ✓ Precisa relatar qualquer conflito de interesse.

🔑 2. Competência Profissional:

O auditor deve ter conhecimento **técnico, experiência e atualização** contínua sobre normas e regulamentos.

- ✓ Formação em **Ciências Contábeis** ou áreas afins.
- ✓ Registro no **Conselho Regional de Contabilidade** (CRC).
- ✓ Certificação como **Auditor Independente** pelo CFC e CVM (para auditorias externas).

👉 3. Responsabilidade Social do Auditor:

Além da análise técnica, o auditor tem uma **função social** importante:

- ✓ Combater fraudes e corrupção.
- ✓ Garantir transparência nas demonstrações financeiras.
- ✓ Assegurar que recursos públicos sejam bem utilizados.



CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para a **Controladoria-Geral do Município de São Paulo – CGM SP!**

Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação**.

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.ai**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2024?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)



Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA

Obstáculo é aquilo que
você vê quando tira os
olhos do seu **propósito**.

→ [Acesse nosso Instagram](#)